

**GÊNERO E DIVERSIDADE NO PIBID HISTÓRIA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Soraia Carolina de Mello¹

Jair Zandoná²

Resumo: Esta comunicação oral aborda, através de um relato de experiência, possibilidades de debate da temática gênero e diversidade voltada à disciplina histórica escolar. Ela parte de uma oficina organizada pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) História da UFSC, que ocorreu na E. B. M. Herondina Medeiros Zeferino, em Florianópolis, em novembro de 2016, intitulada “Gênero e ensino de história: perspectivas atuais”. Nessa atividade participaram não apenas bolsistas do PIBID, como também funcionárias/os da escola, estudantes e familiares. Uma ampla gama de questões para além do gênero foram abordadas: direitos humanos, diversidade religiosa, questões étnico-raciais e de classe, assim como sexualidades. Apesar do caráter amplo e introdutório da oficina, também foram debatidas as leis referentes à diversidade especificamente voltadas ao ensino de história, assim como interlocuções que levaram em conta as percepções pessoais das pessoas presentes na oficina em diálogo com construções conceituais de termos-chave como gênero e diversidade. O interesse das/os jovens na temática, observado através da participação ativa na oficina, demonstrou a urgência desses debates envolvendo toda a comunidade escolar. Nesta comunicação se buscará detalhar a metodologia utilizada na oficina; as estratégias que promoveram maior participação e apropriação do grupo das questões colocadas pelos proponentes; assim como os desdobramentos dessa experiência, com vistas a um cenário mais global dos fatores pensados e desenvolvidos localmente. Em uma conjuntura de profunda ameaça às questões voltadas à diversidade na educação e na sociedade civil, com foco especial no gênero como um ponto de polêmica e disputa no país, compartilhar experiências, táticas e estratégias que promovam espaços e iniciativas mais democráticas para o ensino de história, pode ajudar a fortalecer a permanência das instituições escolares como espaços de educação cidadã.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. PIBID. Ensino História.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos nos mais variados contextos nos quais os espaços escolares estão/são permeados – e atravessados – percebemos como é difícil (no sentido de que enfrentamos

¹ Doutora em História, pós-doutoranda CAPES em História pela UFSC, endereço para correspondência soraiaa.mello@gmail.com.

² Doutor em Literatura, pós-doutorando CNPq em Literatura pela UFSC, endereço para correspondência jzandona@gmail.com.

muitas resistências por parte de colegas/docentes, pais, mães, estudantes etc.) encontrar – e construir – espaços de discussão de questões que “fogem” da normatividade. No que tange à literatura gay e lésbica, por exemplo, Rick Santos (1997) aponta para três importantes barreiras que impedem a leitura em sala desses textos: a homofobia, o etnocentrismo e o mito da conversão. Há muito já dito sobre homofobia e a segregação de pessoas que não se enquadrem no sistema *homem, branco, cristão, heterossexual*. Felizmente, os movimentos sociais, os estudos feministas e os estudos de gênero têm contribuições inquestionáveis quanto à, *grosso modo*, necessidade de se levar em conta os desdobramentos da(s) identidade(s) que o(s) sujeito(s) elabora(m) em sua(s) vida(s), os papéis e as funções que desempenha(m), a(s) qual(is) estão em constante construção, elaboração: *je est un autre*, como diria Arthur Rimbaud.

No Brasil, a inclusão da temática das diversidades no espaço escolar remonta à segunda metade da década de 1990, a partir do estabelecimento de políticas educacionais, de prescrições curriculares e da oferta de diferentes cursos de formação continuada para profissionais da rede pública básica, desdobramento da nova Constituição. Desde então, as questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidades e de deficiência no ambiente escolar têm sido objeto de interesse. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de caráter orientador para as práticas docentes, sugerem, por exemplo, que se promovam contextos que possibilitem problematizar situações e atitudes discriminatórias e de injustiça social.

Com relação ao município do Florianópolis, a Câmara aprovou a Lei n. 8.679, em 14 de setembro de 2011³, na qual estabelece a inclusão dos estudos de gênero e da emancipação feminina no currículo escolar – do 6º ano do Fundamental II ao Ensino Médio –, no intuito de promover a conscientização e estimular o espírito crítico de crianças e jovens no combate às discriminações contra as mulheres. Essa medida vai ao encontro do que Richard Miskolci (2012, p. 46) pondera: “Em fins do século XX começamos a ver a emergência – com muita polêmica – de demandas de reconhecimento e ações afirmativas. As políticas governamentais criadas sob o rótulo da diversidade buscam fazer frente a esse novo cenário cultural e político tão recente quanto imprevisível.” Percebe-se o esforço do Estado em sistematizar tais demandas. O Ministério da Educação, por exemplo, criou em 2004 a Secretaria de Educação

³ Disponível em: <

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/19_09_2011_13.59.51.95db3116914bd2e9d183c9ec90f875a8.pdf
>. Acesso em 20/05/2016.

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI⁴. Com base no PPA 2012-2015 – o Plano Mais Brasil – essa Secretaria

implementa políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola, Educação em Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Gênero e Diversidade Sexual, Combate à Violência, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos. As áreas de atuação da SECADI contemplam, ainda, agendas políticas de caráter intersetorial.⁵

Nessa mesma direção, a ONU Mulheres, em fevereiro de 2016, publicou planos de aulas para o Ensino Fundamental voltados à igualdade de gênero e ao enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas⁶. Desse modo se, por um lado, observamos os movimentos ligados à reformulação curricular e à formação continuada de docentes a partir de iniciativas governamentais e impulsionados por interesses dos movimentos sociais, as quais ampliaram os debates sobre a diversidade de forma direcionada às escolas; por outro lado, nem as leis, nem as reformulações dos materiais didáticos como as adequações propostas pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático – garantem que esses temas sejam efetivamente trabalhados em sala de aula.

Mareli Eliane Graupe (2014, p. 390) elabora sobre a importância que a educação exerce na produção das desigualdades, sobretudo “na constituição das masculinidades, nos comportamentos machistas, sexistas, racistas e homofóbicos”. Nesse sentido, é importante desconstruir a “ideia de uma essência ou natureza que explique e justifique as violências, as desigualdades de gênero, as ações discriminatórias, bem como, as desigualdades estabelecidas entre os vários grupos sociais”. Posto dessa maneira, a pesquisadora enfatiza a necessidade de haver uma pedagogia da equidade, que contemple as “temáticas de gênero, relações étnico-raciais, diversidade sexual, religiosidade e outras”, além de indicar/instrumentalizar competências necessárias às/aos profissionais da educação para que sejam capazes de [re]conhecer e de transformar o contexto escolar no qual está inserido, de modo que combata

⁴ Optamos por usar a nomenclatura corrente da Secretaria. O termo “Inclusão” foi integrado apenas em 2012.

⁵ Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>>. Acesso em 20/05/2016.

⁶ Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/na-volta-as-aulas-a-onu-mulheres-divulga-curriculo-e-planos-de-aulas-para-o-ensino-fundamental-sobre-igualdade-de-genero-e-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-e-meninas/>>. Acesso em 20/05/2016.

qualquer “modelo normativo de gênero, sexista e misógeno”. A pedagogia da equidade possibilita/instiga para a “desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação nas relações interpessoais e intergrupais, no currículo e na prática pedagógica.”

Essa prática alinha-se ao próprio projeto de implementação de cursos de Formação Continuada em Gênero e Diversidade na Escola no país como é o caso do GDE, ou de outras iniciativas como o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero⁷. Mareli Graupe, em pesquisa de Pós-Doutorado, estudou a implementação da segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola no estado de Santa Catarina, estabelecendo uma avaliação do processo de sensibilização das/dos profissionais da educação. Entre os resultados, muitas/os manifestaram que, apesar do contato com as temáticas propostas no curso, não se sentiam asseguradas/os no espaço escolar e que, para reverter essa realidade, seriam necessárias mudanças nas formas de pensar e nas suas próprias crenças pessoais (GRAUPE; GROSSI, 2014). Em outras palavras, a noção de diversidade e de heterogeneidade deveriam ser incorporadas como práticas necessárias. Daí a necessidade de uma pedagogia da equidade (GRAUPE, 2014).

Entretanto, e isso não é novidade no contexto brasileiro, ações como a propagação da ideia de “ideologia de gênero”, vinculada a ideais religiosos-conservadores, e das propostas filiadas ao Programa Escola sem Partido, estão buscando criminalizar esses debates dentro das escolas. Especificamente sobre este programa, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou em 23 de agosto de 2017 a Resolução n° 7⁸, na qual repudia iniciativas que tenham como objetivo restringir, em ambiente escolar, a liberdade de comunicação sobre temas relacionados à política ou “cercear o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ou seja, há forças conservadoras crescentes que, apesar de não serem amparadas por lei (suas ações são geralmente inconstitucionais), tem trabalhado efetivamente para ter respaldo social para minar a possibilidade de continuidade dessas políticas públicas inclusivas. Os resultados previstos, caso esses movimentos

⁷ Que pretende “Estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo, além de promover a participação das mulheres no campo das ciências e das carreiras acadêmicas. O Prêmio é resultado da parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres)”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=17454>>. Acesso em 20/05/2016.

⁸ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/resolucoes/Resoluon07escolasempartido_APROVADA.pdf>. Acesso em 09/09/2017.

antidemocráticos prevaleçam, podem ser inferidos pelos dados que já temos elencados por diferentes pesquisas no país⁹: escolaridade mais baixa de crianças e jovens não brancos e/ou não heterossexuais, reprodução de estereótipos e das mais diversas violências de gênero no espaço escolar, fazendo da educação formal ambiente gerador daquilo que Berenice Bento (2011) chamou de *heteroterrorismo*.

Discutir, então, as possibilidades de debate da temática gênero e diversidade voltada à disciplina histórica escolar faz-se necessário em meio às tensões vistas e relatadas nos últimos meses em diferentes contextos escolares. As questões de gênero e sexualidade assumiram um protagonismo nunca antes visto. Nesse sentido, foi realizada uma oficina organizada pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) História da UFSC, que ocorreu na E. B. M. Herondina Medeiros Zeferino, em Florianópolis, em novembro de 2016, intitulada “Gênero e ensino de história: perspectivas atuais”.¹⁰ Nessa atividade participaram não apenas bolsistas do PIBID, como também funcionárias/os da escola, estudantes e familiares. Uma ampla gama de questões para além do gênero foram abordadas: direitos humanos, diversidade religiosa, questões étnico-raciais e de classe, assim como sexualidades.

A disciplina História, por mais que à primeira vista possa se mostrar como um dos espaços mais propícios no ambiente escolar para se discutir essas questões, nem sempre é tão aberta às temáticas de gênero e sexualidade. Se por um lado as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dialogando com teorias decoloniais, transformaram muito o ensino de história tanto nas escolas quanto nas universidades, as temáticas de gênero encontram diferentes resistências. Podemos tomar como exemplo o já consolidado campo acadêmico de produção sobre a História das Mulheres, que se relaciona diretamente com os estudos de gênero e a epistemologia feminista, e que não reverbera (nem de perto) com a mesma intensidade no ensino de história escolar. A historiografia, mesmo acadêmica, voltada a grupos LGBTs e expressões que fujam à hetenormatividade ainda é incipiente, e sobre essas pessoas menos ainda se fala nas aulas de história, e quase nada se lê nos livros escolares. É também partindo da percepção dessas ausências que essa oficina foi construída.

⁹ Como referência muito citada nesse sentido temos LOURO, 2003.

¹⁰ Nós fomos convidadas pela professora Mônica Martins da Silva, então coordenadora do PIBID História UFSC, para realizar a referida oficina. O convite se deu em função não apenas da nossa atuação acadêmica como pesquisadoras de estudos de gênero, mas também pela atuação em cursos como o GDE e outras formações profissionais promovidas na última década pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, do qual somos ambas pesquisadoras colaboradoras.

OFICINA “GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS ATUAIS”

A oficina foi preparada para um público adulto: alunas e alunos vinculadas/os ao PIBID, professoras/es e funcionárias/os da escola. Foi preciso adequá-la quando, ao chegarmos no auditório, percebemos que a direção levou alunas e alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental para assistirem à nossa oficina. Improvisando sobretudo na linguagem, conseguimos dialogar com as crianças e jovens que estiveram presentes na primeira parte da oficina, em metade do tempo que tínhamos disponível para a atividade.

Considerando o planejamento praticamente nulo que tivemos para dialogar sobre aquelas questões com aquele público-alvo específico, foi surpreendente a participação das alunas e dos alunos da escola no debate que se seguiu. Esse foi um aspecto que reforçou a percepção que trazemos de outras experiências e também da bibliografia de referência, de que essa é uma temática muito presente, como tópico de discussão na vida de jovens. A noção de que as desigualdades são construídas e que, mesmo sem perceber, as reforçamos quando reproduzimos determinados comportamentos, determinadas prescrições, foi ponto que pareceu consensual no final da primeira parte da oficina. As/os jovens também trouxeram a questão geracional para o debate, e o entendimento da dificuldade das pessoas mais velhas em lidarem com aquelas questões.

Essa participação intensa discente também colaborou na percepção das questões apresentadas para o grupo mais restrito, adulto, que continuou conosco na segunda parte da oficina. Após nossa exposição sobre algumas questões teóricas básicas, em torno da noção de diversidade e espaço escolar, pedimos que nos respondessem duas questões: uma referente às expectativas em torno da oficina e outra sobre o que entendiam por gênero.

Sobre as expectativas, elencaram-se questões como delimitação conceitual, adequação para a faixa etária com que trabalhavam, assim como meios de estabelecer diálogos com os conteúdos das aulas de história. Sobre a adequação da faixa etária, nos pareceu evidente uma associação direta entre gênero e sexualidade, e sexualidade percebida como temática inadequada para crianças e jovens. Enxergamos aí uma visão bastante limitada de sexualidade, quase como sinônimo de sexo explícito, algo proibido a menores de 18 anos, e não como uma parte integrante da vida das pessoas, constituinte de sua formação e também

como um direito. Mais surpreendente foi, contudo, a dificuldade relatada (e portanto a expectativa em que indicássemos caminhos), por parte de profissionais da área da história e estudantes de história em final de curso, para se trabalhar com gênero nas temáticas das aulas de história. A surpresa está ligada à percepção de que a história é das disciplinas que permite maior diálogo com as questões de gênero, porque estuda a história das sociedades, as pessoas no tempo e, segundo Joan Scott (1994, p. 20), provavelmente a referência mais citada quando se fala em gênero no Brasil, “(...) gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social.”

Nesse ponto, ficam evidentes as observações de Susane Rodrigues de Oliveira (2014, p. 283) quando percebe que apenas se pensa em gênero quando se trabalha com a história da família, da sexualidade ou da vida cotidiana. Assim, as temáticas geralmente centrais nos livros de história, como a política, o trabalho, o mercado ou a ciência não parecem ser temáticas que podem ser tratadas a partir da perspectiva de gênero, porque comumente se associa a palavra gênero ao estereótipo do que seria feminino, a uma marca identitária, e não a uma categoria de análise histórica.

A segunda questão posta, que foi, como a primeira, respondida/registrada por escrito entre as/os participantes, foi sobre o que aquele grupo adulto presente na oficina entendia por gênero. As respostas abordaram temáticas em torno de sexo e sexualidade, noções não muito bem explicadas de construção, no tocante à ideia de que gênero se refere a identidade e não a uma característica biológica, e algumas abordagens não muito precisas de conceitos como identidade de gênero e sexualidade. Infelizmente, a surpresa da presença das alunas e alunos da escola na oficina acabou prejudicando esse diálogo mais conceitual sobre gênero, que havíamos preparado especificamente para o público adulto e que seria melhor elaborado na primeira parte da oficina. Ao perguntarmos se preferiam essa abordagem mais conceitual ou uma atividade mais dinâmica que estava planejada para acontecer em seguida, utilizando livros didáticos da escola, o grupo escolheu trabalhar com os livros. Diante dessa escolha, foi comentada a possibilidade de voltarmos em outra oportunidade para discutir com mais calma os conceitos em uma segunda oficina.

O momento mais profícuo de diálogo durante a segunda parte da oficina certamente foi quando trabalhamos com os livros didáticos. Ao abrirmos maior espaço para os alunos e para as alunas do PIBID falarem, pudemos perceber também quais foram os pontos “fortes” da oficina, quer dizer, o que mais chamou sua atenção, aquilo em que pudemos contribuir. A

dinâmica realizada foi bastante simples, pedimos para que, em grupos formados por 3 pessoas, procurassem ao menos duas situações nos livros didáticos de história em que as mulheres fossem representadas. Pedimos para que prestassem atenção também se a referida publicação tinha, entre as/os autoras/es, mulheres, ou se eram citadas; quer dizer, sua presença era percebida não apenas no conteúdo – ou em um determinado/específico assunto – abordado, como personagens históricas, mas também como protagonistas na construção do livro e do saber histórico que circula(va) naquele momento na escola através dele. Além disso, pedimos que caso encontrassem algum/a personagem não heterossexual no capítulo que fossem observar que também comentassem, mas já levamos em conta que a norma nesse sentido são as ausências, salvo raras exceções bastante próximas da contemporaneidade.

Confirmando o que observou Cristiani Bereta da Silva (2007), o protagonismo das mulheres, quando encontrado nos livros didáticos de história analisados (todos recomendados pelo PNLD, de diferentes anos mas em especial a partir de 2010), apareceu em *links*, *boxes*, *adendos*, *parênteses* – tais recursos são usados na diagramação para indicar assuntos ou conteúdos que se relacionam ao texto/tema abordado. Nesse caso, temos a reprodução da lógica de uma história universal – leia-se branca, masculina, heterossexual, urbana, cristã e ocidental – e, tudo que foge a esse universalismo é o diferente, é o outro, está fora da norma e do que é valorizado como história, como civilização e, portanto, é menor, menos importante. Então, tivemos a oportunidade de promover um debate a partir das ausências, que pode ser realizado também em sala de aula no Ensino Básico. Se temos mulheres em todos os espaços, por que na história que o livro traz elas quase não aparecem? Por que a dos homens se fala no decorrer do texto principal do livro e a das mulheres nos *boxes*? A noção de que o livro didático é uma forma de contar a história, uma construção da história e não a história em si (aquilo tudo que realmente aconteceu naquele tempo) é importantíssima para desenvolver o pensar histórico em sala de aula e contribui para pensar também nas ausências e nos adendos que surgem nesse material.

Nesse sentido, historicizar as políticas públicas que proibiram representações extremamente estereotipadas e preconceituosas nos livros didáticos também é um exercício para ser realizado em sala de aula. Assim podemos discutir, com os sujeitos da aprendizagem, qual o modelo de escola e de história que essas políticas voltadas à diversidade buscam fomentar. Para além de simplesmente criticar os livros didáticos (que, como todo material,

têm suas limitações, mas se transformaram muito nos últimos anos, buscando responder às exigências e transformações na historiografia e no modelo de educação mais inclusivo), nosso objetivo com o exercício foi despertar a sensibilidade. Afinar a percepção para as significações e reverberações de meninas e jovens mulheres só se verem, nos livros didáticos de história, representadas em boxes ou citadas em referência a homens (esposa de tal personagem; filha de tal outro etc.). Usamos o exemplo das mulheres, mas com suas especificidades poderíamos pensar em indígenas, populações ciganas, deficientes, trabalhadoras/es rurais e tantos outros grupos que não têm, tradicionalmente, sua história considerada na mesma riqueza e complexidade que a história universalizadora. No caso das mulheres ou da população não branca no Brasil, que são ao menos metade da população, esse debate ganha destaque ao percebermos que essa maioria numérica não tem, historicamente e nem mesmo na contemporaneidade, qualquer representatividade comparável à sua dimensão demográfica em cargos de poder públicos, em grandes empresas e corporações, quer dizer, em espaços de poder político/econômico.

As significações desses dados são melhor interpretadas por docentes e discentes quando as percepções para esses temas estão mais afinadas, a sensibilidade para se colocar no lugar do outro é presente, e a noção de que a escola deve ser um espaço de cidadania e acolhimento – e não de competição de produtividade – tem respaldo. Uma das questões apontadas pelo grupo, principalmente alunas/os do PIBID, foi como consideram frutífero o uso de diferentes linguagens, em especial da cultura de massa, para debater as questões referentes à diversidade. São linguagens mais familiares para jovens e crianças. Hoje temos, de fato, ampla gama de material¹¹ para debater as questões LGBTs na escola, apropriada a públicos de diferentes faixas etárias, que não são acompanhadas pelo material didático fornecido a docentes que acaba funcionando como currículo, como é o caso dos livros didáticos de cada disciplina. Certamente, as constantes ameaças de grupos como a Escola Sem Partido à liberdade de cátedra também tendem a diminuir o uso, por parte de professoras e professores, desse tipo de material.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

¹¹ Como é o caso do curta-metragem *In a Heartbeat*, animação produzida por Beth David e Esteban Bravo. Disponível em: <<https://youtu.be/2REkk9SCRn0>>. Acesso em 14/09/2017.

Do nosso ponto de vista, considerando as experiências anteriores que tivemos com a formação de professores/as voltada à temática gênero e diversidade, esse espaço específico nos pareceu bastante rico para a sensibilização e o afinamento do olhar quanto à construção de uma escola, e em especial de um ensino de história, mais inclusivo e diverso. A turma do PIBID era iniciada na temática gênero, tinha uma boa síntese conceitual e, infelizmente, nesse espaço não pudemos explorar meandros conceituais que gostaríamos de ter trabalhado conforme havíamos planejado. Contudo, o interesse tanto da professora coordenadora do PIBID, quanto das/os professorandas/os¹² na realização de outras oficinas para aprofundar esse debate foi interpretado por nós como um sinal positivo, de que esse grupo buscará ferramentas e caminhos para pensar essas questões em sua prática independente de acontecer ou não outra oficina naquele espaço particular. Pensando nisso, disponibilizamos, também, muito material específico de formação docente sobre a temática¹³.

Assim como ocorreu com as crianças e jovens que participaram da primeira parte da oficina, a questão da naturalização das violências e da exclusão nos discursos estereotipados, nas representações e construções históricas que tradicionalmente estão presentes na escola (mas também em outros espaços, como os meios de comunicação, a família e a comunidade), parece ter sido ponto de consenso no grupo adulto participante. A dúvida sobre como abordar esses temas na disciplina histórica, que nos surpreendeu, não foi respondida diretamente, assim como grande parte dos anseios de “receitas prontas” que surgem nos espaços de formação docente quando o assunto é gênero e diversidade. Ao invés disso, de modo que consideramos muito mais fecundo, percebemos que a dinâmica com os livros didáticos reverberou em uma série de ideias de propostas para a sala de aula, que partiram da própria vivência/experiência das pessoas ali presentes.

Ou seja, os questionamentos postos dialogaram com os diversos saberes (TARDIFF, 2002; GAUTIER, 2006) mobilizados por estagiários/as e docentes ali presentes para a construção de caminhos próprios, de conhecimentos específicos sobre aquela temática,

¹² Usamos esse termo no sentido apresentado por Flávia Caimi (2009).

¹³ Entre os materiais que disponibilizamos, estão: *Curso Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*, cujos materiais estão disponíveis on-line – o *Livro de conteúdo* está disponível em: <http://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf> e o *Caderno de atividades* está disponível em: <<http://www.e-clam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf>>. Acesso em 14/09/2017. GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas (Coords.) **Especialização em gênero e diversidade na escola**, Livros I a V, disponíveis no Portal do IEG <http://www.ieg.ufsc.br/livros_eletronicos.php>.

adequados às especificidades dos espaços onde atuam. Pudemos perceber, no decorrer da dinâmica, um pouco daquilo que se discute sobre a atuação do/a professor/a pesquisador/a reflexivo/a (NÓVOA, 1992) acontecendo na prática. As preocupações voltadas ao ensino calcado na diversidade, na equidade e no pleno acesso à cidadania encontravam eco nas/os professorandas/os, apesar de a iniciativa da oficina ter partido das professoras da UFSC. Esse fator nos levou a elencar alguns desdobramentos e possibilidades ao avaliarmos a experiência da oficina.

Primeiramente, o fato de a professora coordenadora do PIBID ter indicado a importância de que as formações continuadas da prefeitura do município trouxessem esse tipo de debate nos chamou a atenção para a questão. Apesar de termos formado, dentro do IEG na UFSC, quase 140 especialistas em Gênero e Diversidade na Escola nas turmas tanto do polo de Florianópolis quanto de outros do Estado em 2016¹⁴, é fato que as formações mensais obrigatórias de professores/as de história da Prefeitura Municipal de Florianópolis, ao menos nos últimos anos, não costumaram abordar, se é que abordaram, questões específicas de gênero. Essa informação vem do nosso contato pessoal com docentes da rede. A partir dessa constatação, e diante das atuais ameaças aos direitos humanos, em especial no espaço escolar, o interesse e participação das/os professorandas/os e do MEN¹⁵ trouxe a percepção da importância das parcerias com a base das educadoras/es em todas as oportunidades possíveis.

Recentemente o IEG (e aí nos incluímos como membros do Instituto) participou da elaboração do Documento Síntese da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁶, que debate diretamente uma variedade de questões que dizem respeito a gênero e diversidade na escola, e também a concepção mais geral do ambiente escolar como espaço de construção e de exercício de cidadania, ameaçados na versão final da BNCC. Nesse sentido, o segundo ponto que gostaríamos de reforçar, assim como fizemos na oficina em 2016, é a importância da luta pela manutenção da legislação, calcada em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, que protege esses debates na escola e especificamente no ensino de história: desde a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; passando por

¹⁴ Em diferentes áreas, mas contemplando também professoras/es de história.

¹⁵ Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual acolhe o PIBID História UFSC.

¹⁶ Disponível em <<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/08/docufscsobre-bncc.pdf>>. Acesso em 14/09/2017.

questões da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) voltadas à diversidade e contra a violência (principalmente as acrescentadas no decorrer dos anos 2000, como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, que não possuem força de lei, mas foram e são de grande importância na construção dos currículos; ou ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), publicadas a partir de 2009. Toda essa legislação protege, ampara e recomenda o debate das questões ligadas a gênero e diversidade na escola. Podemos citar, ainda, o Plano Nacional de Educação (2014-2024); assim como a legislação local: a resolução nº 132 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina de 2009, que versa sobre o uso do nome social nas escolas (com uma versão mais recente menos protetiva para o indivíduo trans, nº 48 de 2016); assim como a lei de inclusão dos estudos de gênero, nº 8.679, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, de 2011.

REFERÊNCIAS

[s/a]. **Você já ouviu falar sobre Ideologia de gênero?** [s/d]. (Cartilha)

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Ago. 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. A aprendizagem profissional do professor de história: desafios da formação inicial. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 27-42, jul./ dez. 2009.

DE OLHO NOS PLANOS. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/>. Acesso em: 30/11/2015.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.

GRAUPE, Mareli E.; GROSSI, Miriam Pillar. Desafios no processo de implementação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no estado de Santa Catarina. **Poiésis**, Tubarão, v.8, n. 13, p. 104-125, 2014.

GRAUPE, Mareli Eliane. Pedagogia da equidade: gênero e diversidade no contexto escolar. In.: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). **Políticas e fronteiras**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014, p. 389-408.

FURLANI, Jimena. **“Ideologia de gênero”?** Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Documento produzido em 2015.

LEGH/IEG/UFSC. **Você já ouviu falar sobre a IGUALDADE DE GÊNERO?** Florianópolis: UFSC, 2015. (Cartilha).

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 17/05/2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Florianópolis: Mulheres, 2014, p. 276-291.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira. Gênero e Diversidade na Escola: notas para a reflexão da prática docente. In.: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Favero (Orgs.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 401-420.

SANTOS, Rick. Subvertendo o cânone: literatura gay e lésbica no currículo. **Gragoatá**, n. 2, 1997, p. 181-189.

SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos de História. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v. 17, p. 219-246, 2007.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, n. 3, Campinas, p. 11-27, 1994.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TELLES, Norma. Autor+a. In.: JOBIN, José Luis (Org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 45-63.